

## EPISTEMOLOGIA DO SER: O que pode o corpo feminino?

EPISTEMOLOGY OF BEING: What can the female body do?

**Gheisa Santos Lisboa**<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5429-1745>

**Márcia Thayane Gomes Costa**<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1610-2437>

### RESUMO

O presente artigo aborda as nuances do discurso sobre o controle do corpo feminino, bem como o relaciona ao pouco conhecimento sobre as questões fisiológicas femininas como fonte de repressão e coação do comportamento mulheril. O texto apresenta alguns exemplos que guiaram na construção do arquétipo cultural do que é ser mulher. Narra como alguns movimentos históricos influenciaram o modo de ver o corpo feminino. Aponta reflexões sobre a construção cultural do que é ser mulher.

**Palavras-chave:** Corpo. Cultura. Arquétipo. Mulher.

### ABSTRACT

This article addresses the nuances of the discourse on the control of the female body, as well as relates it to little knowledge about female physiological issues as a source of repression and coercion of female behavior. The text presents some examples that guides the construction of the cultural archetype of what it means to be a woman. It narrates how some historical movements have influenced the way of seeing the female body and it points out some reflections on the cultural construction of being a woman.

**Keywords:** Female Body. Culture. Archetype. Woman.

## 1. INTRODUÇÃO

O título desse artigo traz em seu bojo a palavra epistemologia numa vertente, como bem nos lembra Veiga-Neto (2003, p. 49) “é um saber filosófico, atrelado as representações privilegiadas, circunstanciais”. Para tanto, não é de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), pós graduanda em Educação, Cultura e Linguagem pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), licenciada em História pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Professora da rede particular de ensino, Eunápolis, Bahia, Brasil. E-mail: gheisa.lisboa@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós graduanda em Educação, Cultura e Linguagem pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), licenciada em História pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Professora da rede particular de ensino, Eunápolis, Bahia, Brasil. E-mail: marcia.tcosta@hotmail.com.

natureza que esse objeto de estudo dialogue sobre a origem do ser, nem de todos os espaços de resistência que o corpo se insere, e ainda, nem tão pouco discorra sobre abordagens amplas das macro e microestruturas de poder. Há sim, um interesse em versar sobre algumas questões que se insere no arquétipo ideológico do corpo como instrumento de autoafirmação e também alienação, já que no capitalismo o corpo se insere dentro de um espaço ocupado e não na sua essencialidade. Ele (o corpo) é constituído entre o mundo e o sujeito num viés de assujeitamento ao ambiente moral e político, símbolo ontológico das classes econômicas e politicamente subalternas (CARNEIRO, 2005). Sob o aspecto cultural há uma visão deturpada e estereotipada sobre o conceito de corpo e propriedade, se justificando na ideia que é no corpo que somos diferenciados e silenciados.

Mas de que forma o olhar cultural influência nos estereótipos do corpo? Ateamo-nos agora ao conceito de cultura em Marilena Chauí (2008). Para a autora, toda produção simbólica de uma sociedade é cultura, mas quando a civilização se apoderou dessa noção, restringiu seu significado e provocou divisão cultural. Desta forma como sentimos o mundo, é fruto da significação cultural que nos foi imposta no decorrer e desenvolvimento da civilização.

Numa análise um pouco mais ampla e trazendo, sobretudo as críticas históricas sobre gênero, a historiadora Joan Scott, afirma ser uma organização social da diferença sexual entre o que é ser homem e mulher “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”– a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1989, p. 7). É possível inferir assim, que a construção cultural do que é ser mulher justificou e/ou sedimentou preconceitos.

Há um conceito identitário e linear do que é ser mulher, já enraizado pelas normas culturais, este padrão normatizado está intrínseco nos princípios e valores sociais, que determinam os comportamentos de como deva “agir” o corpo feminino. Há relações complexas de poder envolvidas nessa standardização, pois se justifica a partir dos modelos culturais que fomentam a naturalização desses estereótipos. A forma com que é simbolizado o corpo feminino promove um discurso preconceituoso, já que o discurso está emaranhando pelas normas sociais vigentes de padronização de comportamento.

Nasce a partir daí o paradoxo do que é ser mulher e a interrogativa, sobre o direito ao uso do seu corpo enquanto propriedade inalienável configura-se um olhar civilizatório, ou seja, acurado pelos padrões culturais? Talvez o conceito semiótico de Cultura, levantado por Geertz nos ajude compreender alguns dos inúmeros questionamentos sobre cultura:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise: portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989, p. 15).

Para onde quer que nos voltemos à sensação que nos atravessa é a de retratar aspectos legais sobre o direito da propriedade do corpo. Abaixo destacamos alguns trechos do código de leis brasileiro em artigo das juristas Heman e Machado (2019) sobre direitos de personalidade e as discussões sobre o direito ao corpo.

O corpo é considerado um bem da personalidade, pois determina o aspecto exterior de alguém de forma essencial, conseqüentemente, sem ele não existimos “fisicamente” no mundo jurídico. O corpo humano completo pelos órgãos, tecidos, músculos, nervos, células que o estruturam representa a integridade física de alguém. Dispor significa fazer da coisa o que seu titular bem entender, usando-a livremente (HEMAN E MACHADO, 2019, s/p.).

Percebe-se junto ao código civil que o direito ao corpo é normatizado, existem preceitos a serem seguidos e se assim não forem, é cabível punição legal. Em nível de exemplificação, cabe citar o que diz o código brasileiro em relação à mulher ter direito a esterilização. Em termos legais, o marido deve autorizar a sua parceira formalmente a realizar a cirurgia de ligação de trompas, existem prerrogativas para a realização da cirurgia, essa mulher deve ter dois filhos vivos e ter mais de 25 anos.

Para aquelas que desejam a esterilização voluntária sem que haja filhos devem ter autorização legal para tal, e não é permitido sem os requisitos citados. Repele-se assim, o direito nato da mulher de escolha sob seu corpo, sua propriedade.

## 2. O CORPO FEMININO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PODER

O corpo deve ser entendido como construção social (FOUCAULT, 1979), é o que elucubra a relação dos sujeitos com a natureza, mas esses corpos estão presos a padrões pré-estabelecidos da sociedade normatizadora. Podemos exemplificar as funções e protótipos femininos estabelecidos ao longo da história. Para as mulheres guardaram-se três funções bases: esposa, mãe e filha, as que fugissem essa regra eram vistas como antinaturais de certo encaradas como neuróticas, subversivas e loucas. Para tanto aprendemos de Foucault que há processos que nos tornam sujeitos de uma intrincada rede de poderes, que nos capturam, dividem e classificam (VEIGA, 2003), ou ainda,

[...] em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas (FOUCAULT, 1979, p. 25).

O juízo do corpo feminino padronizado pela sociedade cristã se baseou em estereótipos de mulheres, a mulher santa reflexo da imagem da Virgem Maria, a mulher arrependida na figura bíblica de Maria Madalena e a mulher pecadora, em Eva. Havia uma única certeza indubitável, a que como deveria ser o padrão de corpos e comportamentos.

Para sacralizar uma imagem da “Eva” trataremos brevemente a narrativa sobre o corpo feminino contido na Carta de Pero Vaz, escrivão da coroa portuguesa quando do achamento do Brasil:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com os cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha (CAMINHA, 2002, p. 98).

Observe que a narrativa contida na carta e a referência que se faz a respeito do início da colonização abre um paradoxo sobre a ingenuidade indígena e no caso feminino há uma sexualização dos corpos para consequente

subordinação deste enquanto propriedade. A palavra “vergonhas” remete a visão cultural europeia e católica de partes do corpo feminino que são erotizados, os seios e a vagina. Atribuindo a Freud seu lugar de importância nesse estudo, traria talvez uma visão da mulher como “bode expiatório”, quem sabe em sua construção ele tratasse a mulher indígena, como no trecho acima, sendo salva dos “negros da terra” pelo homem branco. Com certeza não utilizaremos de suposições e “achismos” sobre Freud e no contraponto cabe o trecho:

Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. – Homo homini lupus (FREUD, 2011, p. 29).

É necessário enfatizar que no início da sociedade moderna o corpo em si era espaço de punição, espaços de torturas durante a Santa Inquisição. Àquelas mulheres que não se enquadrassem na normatização religiosa cristã católica, restava a fogueira, servindo de exemplo para que outras não seguissem seu destino nefasto. Discorrendo sobre a temática vários autores e autoras escreveram que:

Um obstáculo fundamental no caminho para encontrar uma explicação reside no fato de que as acusações contra as bruxas foram tão grotescas e inacreditáveis que não podem ser comparadas com nenhuma outra motivação ou crime. Como dar conta do fato de que, durante mais de dois séculos, em distintos países europeus, centenas de milhares de mulheres foram julgadas, torturadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de ter vendido seu corpo e alma ao demônio e, por meios mágicos, assassinado inúmeras crianças, sugado seu sangue, fabricado poções com sua carne, causado a morte de seus vizinhos, destruindo gado e cultivos, provocado tempestades e realizado muitas outras abominações (PASTANA, 2019, s/p)

A dúvida ao pensar e estudar o corpo feminino ao longo do tempo marcou estereótipos sobre o que é ser mulher, onde ora seu corpo poderia servir facilmente de carne do demônio, ora fosse celestial. O pouco conhecimento acerca do funcionamento da fisiologia feminina fazia perpassar no imaginativo popular e até na medicina da época entre os séculos XV e XVIII, a imagem que

algo tão natural como a menstruação feminina configurava-se como período de instabilidade e que deveriam ser controlados os dissabores das consequências do nefasto fator biológico feminal (PRIORE, 1997).

[...] não há alguma que não seja livre de insultos, especialmente se o sangue mensal não depura todos os meses ou se infecciona com humores cachochéricos ou putredinosos, de que abunda o útero; ou se suprime a evacuação ou se retarda [...] (PRIORE, 2007, p. 84).

Os conhecimentos científicos no período sobre o corpo feminino e seu funcionamento se abstêm quase que totalmente sobre a reprodução, entende-se o fenômeno da reprodução de forma bastante sincretizada, nos campos científicos e religiosos, acreditavam em um corpo mulheril frágil e o período da gravidez a mulher encontrava a plenitude mental, pois era uma época de calma e equilíbrio da mãe, mas a condição de puerpério também era visto com olhos preocupantes, já que tão logo a mulher poderia despertar para sua inclinação natural, que é a loucura.

A mãe é uma parte ordenada da natureza em mulheres, principalmente para receber o sêmen, e dele se engendra a criatura para conservação do gênero humano, e para ser caminho por onde se expurgue cada mês o sangue supérfluo que se cria demasiadamente na mulher, não só por fraqueza do calor natural que há, como por defeito do exercício [...] os testículos [ovários] são mais pequenos do que nos homens (PRIORE, 2007, p. 81).

A mulher caberia o único papel em que poderia ser encaixado no mundo basicamente masculino, ser mulher em excelência, aquela que tinha sua função feminina destinada no vão público, que era parir, gerar descendentes, quem não segue o destino maternal e matrimonial, estava destinado ao futuro agourento da neurose e melancolia. Aquelas que fugiam do adestramento moral imposto sofriam sanções severas, a demonstração de sentimentos e desejos que são comuns aos seres humanos, como chorar, sentir raiva, ódio, amor, desejo. Não poderiam ser expressos pela mulher, pois não é natural segundo os moldes da época senti-los e muito menos demonstrar bel-prazeres.

A fortuna materna deve abolir os desejos libidinosos, mas esta não deveria isentar-se totalmente do sexo, já que o sexo garante a reprodução. A ambiguidade do pensar o corpo feminino, o pensar a sexualidade como perturbação e não como forma de prazer, gerava campo para relacionar distúrbios de sexualidade com neuroses e doenças mentais. O útero era guardião nato de todas as intempestividades femininas, a loucura nascia de dentro do corpo e manifestava principalmente quando a mulher tinha a primeira menstruação até o fim da idade reprodutiva, dessa forma o controle deveria ser constante, coibir qualquer tipo de ação que levasse a estado de alienação (PRIORE, 1997).

Com o advento do iluminismo, o corpo em si não é palco de punição, mas sim, sua alma, daí pune-se a partir das instituições médicas, famílias, psiquiatras, a penalidade “deixa” de ser física para ser psicológica. A partir da Revolução Industrial houve uma ressignificação do uso do corpo, o corpo a partir de então precisa ser produtivo e dócil, novas técnicas de poder que, centradas no corpo dos indivíduos, implicaram resultados profundos e duradouros até mesmo no âmbito macro político (VEIGA, 2003).

De maneira muito detalhada, ele nos mostra que principalmente no âmbito de algumas instituições -a que ele chama de instituições de sequestro, como a prisão, a escola, o hospital, o quartel, o asilo- passa-se dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos dóceis (FOUCAULT apud VEIGA, 2003, p. 64).

A obra denominada *Holocausto Brasileiro* de autoria de Daniela Arbex, narra o destino infausto de mulheres que foram colocadas em um reformatório psiquiátrico na cidade de Barbacena no estado de Minas Gerais na década de 1970, por não se enquadrarem aos padrões vigentes da sociedade normativa brasileira. A autora descreve:

[...] muitas ignoradas eram filhas de fazendeiros as quais haviam perdido a virgindade ou adotavam comportamento considerado inadequado para um Brasil, à época, dominado por coronéis e latifundiários. Esposas trocadas por amantes acabavam silenciadas pela internação na colônia. Havia também prostitutas [...] que após cortarem com gilete os homens que haviam se

deitado, mas que se recusavam a pagar pelo programa [...] (ARBEX, 1973, p. 28).

Mulheres jogadas a própria sorte, em situações degradantes. Há relatos perturbadores narrados no livro, como histórias de mulheres que passavam fezes no corpo, afim de não serem estupradas durante o período da gravidez e assim, não colocarem seus bebês em risco.

Sonia cresceu sozinha no hospital. Foi vítima de todos os tipos de violação. Sofreu agressão física, tomava choques diários, ficou trancada em cela úmida sem um único cobertor para se aquecer e tomou as injeções de “entorta” boca, que causaram impregnação no organismo, ela bebia urina para matar sua sede. Tomava banho de mergulho na banheira com fezes, uma espécie de castigo, uma espécie de castigo imposto a pessoas, que como Sônia, não se enquadrava às regras [...] ela jogava esmalte no corpo para curar feridas abertas no corpo [...] passou fezes no próprio corpo durante o período que esteve grávida [...] única maneira de ninguém machucar meu neném, o repelente humano foi adotado por outras mulheres na colônia (ARBEX, 1973, p. 28).

Havia um destino agourento para aquelas mulheres que não se harmonizavam aos modelos determinados. O estereótipo de louca e desequilibrada funcionava e funciona ainda, como forma de normatizar e feminizar o comportamento da mulher. Há uma conduta padronizada que fora ao longo do tempo construída pelos protótipos identitários sobre o corpo e conduta feminina. A grande maioria das mulheres enviadas a esses tipos de instituições psiquiátricas eram consideradas neuróticas e psicóticas, donde nada mais eram mulheres comuns que viviam em estado repressivo tão intenso que qualquer ação comportamental que fugisse ao engessamento do arquétipo era vista como louca.

Para tanto, a psicanálise trouxe estudos que foram mais afundo ao assunto referente à loucura e neurose feminina. Haja vista que o fato narrado do Holocausto brasileiro não é análogo ao nascimento da psicanálise, é bem posterior, mas ainda aqui no Brasil na década de 1970 as mulheres foram enviadas aos hospitais psiquiátricos como doentes mentais por terem desvios de padrões considerados inadequados pela sociedade.

Freud, pai da psicanálise inaugura novos pensamentos sobre a neurose; antes de Freud os estudiosos da área viam a neurose como doença mental que acometia somente mulheres, pois como já citado, o nascituro da neurose era o útero/madre. A neurose se configura, segundo a psicanálise, como um distúrbio localizado no recalque imperfeito dos desejos reprimidos na infância, que se manifestam por meios que geram sintomas neuróticos, pois o ego é incapaz de lidar com esses desejos reprimidos sem sofrer. Quando partes dessas frações dos desejos ultrapassam a barreira do recalque e estes desejos chegam à consciência, o sujeito passa a ter sintomas neuróticos. A neurose histérica que sempre fora atribuído ao mundo feminino, pois estava guardado pela madre, para Freud agora permeia o campo da ambivalência dos sexos, o que inicia a destituição que o corpo feminino já predispunha a neurose.

A historiadora Mary Del Priore no livro *História das Mulheres no Brasil*, narra comportamentos que eram vistos como desvios de padrões femininos no século XIX:

[...] jovem branca, brasileira, casada, 29 anos, internada na casa de saúde Dr. Eires 27 de maio de 1827, foi submetida à observação com diagnóstico de de histero-epiléptica. Os principais sintomas de sua doença foram buscados pelo psiquiatra nos “antecedentes pessoais” da paciente. Revelando uma “vivacidade precoce” durante a infância, teve suas primeiras manifestações histérica aos 14 anos, quando menstruou pela primeira vez. A partir dos 21 anos melhorou, depois de ter casado, apresentou melhoras do estado psicopático, revelando extrema dedicação ao marido (PRIORE, 1997, p. 323).

Às mulheres sempre estiveram sujeitas a padrões estereotipados de comportamentos, coação e punição aos corpos femininos, punição essa feita dentro das instituições de poder, no caso narrado, a família. Poder que “treina” os corpos femininos a acreditarem na naturalidade dos atos de repressão, “ontologia histórica de nós mesmos nas relações de poder que nos constituem como sujeitos atuando sobre os demais” (VEIGA, 2003, p. 56).

Contextualmente, o início do século XX no Brasil assistiu para além das inovações trazidas pela modernidade, a defesa de padrões previamente estabelecidos tanto para homens quanto mulheres, o que por ventura caracteriza uma sociedade dinâmica em seu tempo. No casamento arranjado, na

maternidade como missão, nos deveres da boa dona de casa, na pedagogia do casamento, no movimento dos corpos em danças indecorosas, homens e mulheres se articulavam entre os espaços públicos e privados, e entre os padrões pré-estabelecidos pelos valores sociais.

O início do século XX houve também o crescimento de ideias eugenistas, como no modelo de se esterilizar mulheres e homens para controle de natalidade e branqueamento da sociedade, além da famosa higienização dos espaços urbanos, transferindo cortiços para os morros e iniciando a “favelização” do Brasil. Num processo seletivo que viabilizava esterilizar casais pobres, mulheres negras, mulheres sós, mulheres que corressem riscos em decorrência da gravidez e até em casos de doenças sexualmente transmissíveis, a época em destaque, estes marginalizados, e, portanto, subalternizados, eram acusados de causarem a degenerescência humana, com doenças e vicissitudes horríveis. Sobre este tema Freud dialoga em “O Mal-estar na civilização”, o que em seu entendimento seria o ideal civilizatório:

A sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização. Da mesma forma, estendemos nossa exigência de limpeza ao corpo humano. Ficamos estupefatos ao saber que o emanava um odor insuportável, meneamos a cabeça quando, na Isola Bella nos é mostrada a minúscula bacia em que Napoleão se lavava todas as manhãs. Na verdade, não nos surpreende a ideia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização (FREUD, 2011, p. 19).

No período ainda em análise trazem objetos de rica (des)caracterização do corpo humano, como no exemplo das amas-de-leite, vistas como agentes contaminantes e portanto, a estarem sob supervisão e tutela do seu dono, quase que constantemente. Padrões de uma época envelopavam corpos que se descaracterizavam em vestuário e comportamentos sociais pré-estabelecidos. A cintura de vespa é um exemplo disso:

A mulher recebeu do século XIX uma duvidosa herança: a cintura de vespa. Para obter tal predicado, no entanto, a mulher teve que submeter-se ao espartilho. Mal dissimulado instrumento de tortura- rígido, feito de pano forte, mantido ereto por varetas feitas de barbatanas de baleia -, ele atrofiava as últimas costelas e sacrificavam também o baço, o fígado e os rins (NOVAIS, 1998, p. 391).

Além do que já exposto não poderíamos deixar de falar sobre as análises psicanalíticas das emoções e seus estudos sobre o histerismo típicos das mulheres do início do século XX, tal qual exposto anteriormente, que asseguravam em seus corpos um lado sombrio, invariavelmente afeito a maus humores e insatisfações. Trata-se, portanto, de se relacionar que a política higienista da época em destaque irá se tornar um modelo de contravenção, a ser combatido pelos movimentos sociais que afloram em mais da metade do século XX, como no ressurgimento do feminismo no Brasil dos anos de 1960 e o movimento negro.

### 3. SUBALTERNIDADE E RESISTÊNCIA

Historicamente observou-se ao longo de séculos que do lado de cá do Atlântico, povos e reinos foram escravizados e descaracterizados de sua cultura, através do elemento colonizador. Não obstante e devido à complexidade dos temas relacionados à violência epistêmica, nos atentaremos a propriedade do corpo. A partir de vários estudiosos no campo das diásporas africanas e epistemicídio, um elemento importante dos estudos é a forma como africanas para fugir da dor e do sofrimento de verem seus corpos escravizados cometiam suicídios, ainda mesmo na travessia do atlântico.

De acordo com Ana Galdini em seu artigo “A saudade que mata” muitos seres humanos escravizados foram vítimas do *Banzo* “seja a sua forma extrema, o suicídio, como decorrentes dos “desgostos provenientes do cativo” (GALDINI, 2010), fórmula usada no século XIX para encobrir a natureza violenta da relação entre escravos e senhores”, e ainda:

Essa tristeza, batizada de *banzo*, era um estado de depressão psicológica que tomava conta dos africanos escravizados assim que desembarcavam no Brasil e seria uma enfermidade crônica: a nostalgia profunda que levava os negros à morte (GALDINI, 2010, s/p).

A descrição da imolação do corpo, e no caso dos escravos a evidente tristeza, por estar sobre a propriedade de alguém e por assumir na sua pele, em

sua “carne”, a dor e sofrimento, não logra diagnosticar o livre arbítrio não restrito a gênero, mais a grupos que foram subalternizados ao longo da história, traduzido num único e doloroso direito constituído, o direito sobre seu corpo.

Não obstante no Brasil colonial, viu-se também a chegada das órfãs do rei. Meninas que eram trazidas em tenra idade para casar-se com colonos sem direito de escolha, muitas dessas, como forma de fugir dos seus algozes maridos cometiam suicídio como forma de resistir a um matrimônio imposto.

Discorrendo ainda sobre essa temática, Spivak escritora indiana da pós-modernidade, em seu livro “Pode o subalterno falar?” Alimenta uma discussão crítica problematizando a partir da ideia de sujeito subalternizado, em especial um caso na Índia imperialista: o paradoxo da abolição britânica do sacrifício das viúvas, e suas variadas representações no discurso ocidental.

Desde o século XVIII a autoimolação era recorrente entre as viúvas em algumas regiões da Índia, que se jogavam na pira funerária de seus maridos, e queimavam seus próprios corpos. Há de se dialogar que o sentido ideológico impregnado em tal ação salta ao heroísmo, e em linhas gerais, caminha pelo “supraindividualismo”, há sem sombra de dúvida, um sentido em se tornar “mártir”, mesmo que para alguns, isso pareça inadmissível. Um paradigma (argumentação válida) sobre esse caso é o que a escritora afirma: “a autoimolação das viúvas é uma exceção, não é suicídio” (SPIVAK, 2010).

Para a continuação da nossa análise sobre o corpo, subalternidade e resistência recorreremos a necessidade de compreender que resistência parte de um conceito amplo “de propriedade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo”, ou ainda:

[...] os pontos de resistência são, na maioria das vezes, móveis e transitórios, e introduzem na sociedade “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 2001, p. 91).

Sobretudo no que tange os recônditos femininos, um elemento importante- o anticoncepcional- criado em meados dos anos 60 traz à tona discussões sobre poder e autonomia ao corpo feminino, este ainda estigmatizado em tabus normativos, que tinham na sociedade da época e na

religião posição de valor. O fator resistência a normatização de uma sociedade patriarcal e capitalista, marca não só a posição do controle de uma gravidez não desejada, mas dá liberdade sexual aos corpos femininos. A esse respeito gostaríamos ainda de considerar o ressurgimento do feminismo a partir da segunda metade do século XX e seu aparato ideológico amparado na ideia de resistência aos padrões impostos sem sexo, comportamentos, hierarquização e diferenciação de gênero, para tanto, e parafraseando Simone Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A propósito cabe aqui um relato sobre um dos grandes direitos adquiridos, não sem luta, não sem resistência, o voto feminino:

Em junho de 1922, lembrando-me de várias leituras feitas, principalmente após ter assistido a certas preleções de meus distintos e sábios mestres na Faculdade de Direito, e tendo presentes os artigos da nossa Constituição, convenci-me de que posso ser eleitora em minha pátria, à semelhança de outras mulheres em sua pátria<sup>3</sup>.

Ao se tratar do corpo feminino subalternizado e que resiste, busca-se imaginar e se colocar no lugar de tantas mulheres presas em suas vicissitudes. Entre tantas escolhemos falar brevemente do protagonismo de uma escritora catadora de lixo na metrópole paulista entre as décadas de 50 e 60, Carolina Maria de Jesus e uma ativista do movimento negro e feminista, Lélia Gonzalez. Carolina narrou através de um diário sua dura rotina, mas também travou duras críticas ao ambiente político dos anos de 1950 e sociedade da época, seus registros até hoje servem de estudos e pesquisas.

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

[...]

Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado.

[...]

Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso. Eu estava

---

<sup>3</sup> O documento faz parte da compilação de textos organizada por Diva Nolf Nazario, uma estudante de direito e ativista feminista, em 1922. Retirado da Olimpíada Nacional de História do Brasil-2015- 17ª questão.

nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. Catei dois sacos de papel. Depois retornei, catei uns ferros, uma latas, e lenha.

[...]

A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 1960, p. 09 a 11)

Outro grande retrato da mulher negra, professora, filósofa, antropóloga e militante no Brasil é a pensadora Lélia Gonzalez, que criou o Instituto de pesquisas das Culturas Negras, no Rio de Janeiro, além de integrar o *N'zinga* Coletivo de Mulheres Negras-RJ, o Olodum-BA, dentre outros movimentos. Absolutamente importante para o cenário brasileiro nos anos 70 do século XX, Lélia é um exemplo de ativismo que denunciou a subalternidade da mulher negra em seu tempo e reiterou aspectos de resistência atribuindo à temática África/Brasil o conceito *Amefricana*.

Toda esta transformação em seu modo de olhar para a realidade contribuiu para a construção de uma imagem pública. O uso de seus cabelos crespos e de roupas com cores vivas expressam um “processo de corporificação da consciência negra”. A construção dessa identidade passa também pela sua liberdade de expressão escrita ou falada. Sua intensa produção acadêmica está marcada por expressões populares, linguagem definida por ela como pretuguês (VIEIRA, 2015, p. 216).

A escolha dessas personalidades entre tantas outras tem um interesse em particular para esse trabalho, pelo que elas articularam em suas trajetórias pessoais, transferindo ao coletivo suas lutas por emancipação e autoafirmação. Apesar disso, não se descarta as dificuldades que se apresentam nas várias redes que as cercaram e que cercam as mulheres em geral.

Não fomos treinadas/os para conviver com a instabilidade, com dúvidas ou com categorias cambaleantes. Por isso é difícil lançar-se nessa perspectiva, subverter matrizes de pensamento, acolher fluidez, numa arena que tradicionalmente tentou estabelecer verdade duráveis (LOURO, 1997, p. 146)

Assim, desestabilizar essas matrizes como é citado pela autora é muito difícil. Os mitos formadores da nossa sociedade estão entrelaçados em muitas

redes, por interlocução a partir das narrativas dos papéis sociais que a mulher deve representar na sociedade. Mediante o que foi observado no início desse nosso diálogo, a intenção foi trazer à tona algumas considerações históricas sobre o corpo como espaço de resistência, e dentro desta perspectiva, cabe exemplificar com tão célebres, suas existências e corpos politizados.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ansiamos que haja transformações no olhar e nas representações sociais sobre o que é ser mulher, que esse papel não seja somente destinado ao discurso materno e matrimonial, mas que se coloquem sob diversos centros de discussões humanas, que valide o princípio de equidade sociocultural, que haja ações efetivas que garantam o princípio da isonomia e direito de liberdades individuais reais e não somente imaginadas.

Das nuances desse artigo, e sua abordagem sobre o corpo enquanto propriedade do Estado e do *Eu*, o corpo feminino, a ideologia impressa pelos valores culturais, à subalternidade e o ato de resistir, infere-se uma gama ampla de novas abordagens que caberiam imensamente neste e em tantas outras pesquisas historiográficas. À luz dessas e outras discussões filosóficas e culturais encontrarão novas trajetórias em caminhos que dê certo farão questionamentos oportunos sobre os lugares de fala ou falta deles, às mulheres em desigualdades estruturantes.

#### REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela, 1973. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CAMINHA, Pero Vaz, **A Carta a El-Rei D. Manuel, sobre o Achamento do Brasil**. Ed. Martin Claret, São Paulo – SP, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Feusp, 2005.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GALDINI, Ana Maria. **A saudade que mata**. Edição 172, junho de 2010, s/p. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2010/06/26/a-saudade-que-mata/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HEMAN, Juliane, MACHADO, Natasha, GODINHO, Adriano. **Atos de disposição voluntária do próprio corpo em vida**. Publicado em 01/2019, 3 páginas. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/71583/atos-de-disposicao-voluntaria-do-proprio-corpo-em-vida>. Acesso em: 01 jul. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo- diário de uma favelada**. São Paulo. Francisco Alves, 1960.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil**. Coord. geral da coleção Fernando A. Novais; organizadores dos volumes Nicolau Savcenko e Lilia M. Schwarcz. São Paulo: companhia das letras, 1998, vol.3.

PASTANA, Marcela. **Quem eram as mulheres queimadas na fogueira da Inquisição?** Disponível em: <https://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/marcela-pastana/quem-eram-as-mulheres-queimadas-nas-fogueiras-da-inquisicao>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

VIEIRA, Bianca. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, um quilombola americana In. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.34, p.214-218, jan./jun. 2015.